

O PAPEL DA PSICOLOGIA AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL E NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Robert Gifford¹
Universidade de Victory

Este artigo propõe para o papel da Psicologia Ambiental na formação da Política Ambiental: aumentar o interesse público por meio da educação ambiental; usar “análise comportamental aplicada”; conduzir “Avaliações Ambientais Baseadas -no-Observador”. Afirma que influência da Psicologia Ambiental nas estratégias para a construção do futuro implica em projetos sociais que envolve estudar como os cenários podem melhor servir aos desejos e necessidades humanos. Finaliza perguntando e respondendo de que maneiras a Psicologia Ambiental deveria se desenvolver e apresentando os principais desafios que enfrenta.

Descritores: Psicologia ambiental. Política ambiental. Papel social. Educação ambiental.

O papel da Psicologia Ambiental na formação da Política Ambiental

1. Aumentar o interesse público por meio da educação ambiental (para todas as idades).

1 Professor de Psicologia da Universidade de Victory (Canadá); editor de *Journal of Environmental Psychology*; editor de três edições do Manual *Environmental Psychology: Principles and Practice*. Ex-presidente da Divisão de Psicologia da População e Ambiental da Associação Psicológica Americana. Endereço eletrônico: rgifford@uvic.ca

O interesse pelo ambiente, embora difundido, não é tão profundo, comprometido ou universal como desejável; então, como poderia ser melhorado?

A educação ambiental engloba uma ampla variedade de tentativas de mudar atitudes ou comportamentos por meio de muitos métodos diferentes, todos os quais adotam uma abordagem ampla professor-aprendiz. Pode-se pensar que a educação ambiental seria, por sua própria natureza, efetiva. Contudo, alguns programas não funcionaram, e alguns tiveram inclusive o efeito contrário ao desejado; um programa chegou mesmo a reduzir o empoderamento (empowerment) de estudantes para dedicarem-se a questões ambientais.

Uma abordagem denominada “Investigação da Questão e Treino da Ação” (IQTA) tem sido apresentada como melhor sucedida. Na IQTA, os estudantes analisam e investigam questões ambientais específicas e consideram meios de resolver a questão. Por exemplo, comparados a outros estudantes de 12 anos que receberam uma instrução padrão científica, os estudantes em um programa IQTA realmente melhoraram o seu conhecimento, capacidades e crenças sobre o ambiente.

Assim, a educação ambiental *pode* aumentar o interesse ambiental, mas nem todo programa funciona para todo participante. Aqui vão 13 diretrizes para programas de educação ambiental que podem melhorar seu poder de efetivar mudanças:

1. adapte o programa para o nível atual de conhecimento, atitude e desenvolvimento moral da audiência.
2. explique ambos os lados da questão.
3. encoraje um contato mais direto com a natureza.
4. estimule um sentido de responsabilidade e controle pessoal.
5. conheça algumas estratégias de ação.
6. utilize capacidades para a ação.
7. melhore atitudes ambientais.
8. mantenha um sentido de controle.
9. proporcione um sentimento de responsabilidade pessoal.

10. conheça as questões.
11. encoraje as normas sociais em favor do ambiente.
12. melhore a sensibilidade ambiental.
13. envolva emoções.

Uma das razões pelas quais alguns programas de educação ambiental fracassam deve-se a uma confiança exagerada na transmissão de conhecimentos a expensas de outras diretrizes.

2. Usar “Análise Comportamental Aplicada”

A abordagem da análise comportamental aplicada acredita que as conseqüências positivas ou negativas do comportamento são o que funciona para mudar as coisas. Um modo de mudar o comportamento ambiental pode ser resumido no acrônimo DO-RITE (i.e., “faça a coisa certa”), o que significa a seguinte seqüência:

- A. definir o comportamento alvo a ser mudado.
- B. observar o comportamento alvo.
- C. registrar a taxa de ocorrência do comportamento.
- D. intervir com um programa que muda as conseqüências de se engajar naquele comportamento.
- E. testar o impacto do programa comparando a freqüência do comportamento antes e depois do programa.
- F. avaliar o programa. Qual o custo-benefício? Suas conseqüências foram apropriadas e suficientemente fortes?

3. Conduzir ou preconizar Avaliações Ambientais Baseadas-no-Observador

Avaliações ambientais técnicas (AAT) empregam equipamentos de monitoramento mecânicos ou outros meios físicos de produzir alguma me-

dida da qualidade do ambiente. As “Avaliações Ambientais Baseadas-no-Observador” (AABO) empregam as capacidades perceptuais das pessoas para julgar a qualidade (ou outras características) dos cenários. A AABO é uma medida da qualidade do ambiente *como é experienciada pelas pessoas*.

Essas avaliações são realizadas a fim de adotar ou alterar uma política pública. Por exemplo, o motivo para uma tal pesquisa de avaliação de paisagem é ajudar a decidir quais vistas nos parques devem ser preservadas e quais poderiam ser desenvolvidas.

A urgência de problemas tais como a poluição atmosférica e a destruição constante de parques e reservas florestais tem levado a uma legislação objetivando a proteção do ambiente natural. As AABOs são usadas para determinar o dano (ou dano potencial) do ponto de vista de pessoas comuns.

As AATs são valiosas, por exemplo, para acessar níveis de materiais de risco no ar, na água, e no solo, que os seres humanos não podem perceber. Mas as AABOs são mais úteis quando a meta do estudo é medir a qualidade ambiental em termos de aspectos de mudança ambiental sociais, estéticos, preferenciais e de satisfação.

Para alguns propósitos, tais como medir o impacto visual da poluição do ar ou o impacto aural do ruído, as AATs e as AABOs podem ter papéis complementares; ambas são valiosas. Mas há uma tendência a acreditar que as medidas maquinais (AATs) são, de algum modo, mais importantes do que as AABOs. Isto, definitivamente, não é sempre verdade.

O conhecimento da Psicologia Ambiental na influência de estratégias para a construção do futuro

Há um modo de projetar construções mais humanas. Este processo poderia ser chamado de *projeto social*. Ele envolve estudar como os cenários podem melhor servir aos desejos e necessidades humanos. Deve ser distinguido da pesquisa de projeto técnico (como o desempenho de materiais de construção).

O projeto social pode ser distinguido do projeto formal (a abordagem tradicional em arquitetura). O *projeto formal* favorece uma abordagem que pode ser descrita como de larga escala, corporativa, de alto custo, exclusiva, autoritária, levando a soluções de alta tecnologia, e preocupada com o estilo, com o ornamento, com o cliente pagante e com um foco nacional ou internacional. Ao contrário, o projeto social favorece uma abordagem que pode ser descrita como de pequena escala, orientada para o humano, de baixo custo, inclusiva, democrática, tendendo a se apropriar da tecnologia, e preocupada com o significado e com o contexto, com o ocupante tanto quanto com o cliente pagante, e com um foco local.

Os projetistas precisam aprender a ver o mundo construído pelos olhos de seus cliente de modo que possam apreciar as suas necessidades e percepções. Isto não significa que os arquitetos devam jogar fora todo o seu treino e *expertise* e projetar as edificações exatamente como um grupo de usuários não sofisticados desejam que façam. Ao invés disto, os projetistas precisam mais freqüentemente se tornar *profissionais possibilitadores*, isto é, especialistas que ativamente escutam e colaboram com os usuários das edificações. Porém, devido a que os arquitetos freqüentemente têm mais do que suficientes dificuldades lidando com os aspectos técnicos e legais de um projeto, e devido a que os arquitetos recebem pouco treinamento em ciência social, eles usualmente não podem realizar um projeto social adequado de uma construção. Precisam da assistência de um *planejador social* profissional.

Muitos arquitetos e projetistas agora reconhecem a importância de projetar as edificações para o uso humano, sem necessariamente sacrificar as considerações tecnológicas ou estéticas. Historicamente, a arquitetura foi mesmerizada pelas propriedades estéticas do espaço geométrico, mas a psicologia negligenciou o contexto físico do comportamento. Em uma colaboração crescente, pessoas reais foram imaginadas em espaços projetados, um conceito que poderia ser chamado de *fazer-o-lugar*. Para fazer um lugar, os arquitetos e os planejadores sociais trabalham juntos para criar um espaço com uma cara humana, ou um envelope para o comportamento.

Os planejadores sociais têm sete metas gerais:

1. Criar cenários físicos que *casam as necessidades e as atividades* de seus ocupantes. Esta meta, que é provavelmente a mais importante de todas, é algumas vezes chamada de *habitabilidade, congruência* ou *boa adequação (goodness of fit)*.
2. *Satisfazer os usuários da construção.* A satisfação do ocupante é importante porque os ocupantes passam partes significativas de suas vidas nos cenários.
3. *Mudar o comportamento.* Tais mudanças podem, inclusive, aumentar a produtividade do trabalhador em escritórios, melhorar os laços sociais entre pessoas idosas institucionalizadas, reduzir a agressão em uma prisão, ou aumentar a comunicação entre gerentes em um escritório.
4. *Melhorar o controle pessoal.* Quanto mais os usuários do prédio forem capazes de alterar o cenário para fazê-lo combinar com suas necessidades, menos estressante aquele cenário será.
5. *Facilitar o apoio social.* Os projetos que encorajam a cooperação, a assistência e o apoio são desejáveis primariamente para os ocupantes que têm algum tipo de deficiência, mas também para os indivíduos ativos e bem sucedidos.
6. *Aumentar a “imagenabilidade”.* Isto se refere à capacidade do edifício de ajudar os ocupantes e (especialmente) os visitantes e recém-chegados a encontrar o seu caminho sem se perder ou ficar confuso.
7. *Ativar o usuário.* Os usuários da edificação podem dizer que não sabem nada de arquitetura ou de projeto. Alguns deles podem, inicialmente, pouco preocupam-se em dedicar algum tempo para o processo de planejamento. O trabalho do profissional inclui demonstrar aos ocupantes que eles não necessitam ser planejadores profissionais para participar no planejamento do novo cenário e que há boas razões para se envolver no projeto de seu próximo trabalho ou espaço de vida.

Como pode ser realizada a ativação do usuário? Os usuários da edificação poderiam estar envolvidos (ou poderiam *não* querer estar envolvidos), poderiam estar envolvidos em diferentes estágios do projeto, ou estar envolvidos com alguns aspectos do projeto mas não em outros. O planejador social pode apresentar aos usuários exemplos de como outros participaram do projeto de suas próprias acomodações. Ver que outros planejadores não profissionais foram capazes de fazer contribuições valiosas pode ser um forte edificador de confiança para aqueles que pensam que projetar é apenas para especialistas. Os usuários que já acreditam que podem participar com sucesso se tornam mais animados com a sua própria oportunidade de contribuir.

A pesquisa em Psicologia Ambiental pode representar um papel importante no processo de planejamento. Um importante aspecto do modelo é a sua natureza cíclica. Todos os planejadores sociais concordam que o conhecimento adquirido em um projeto deveria ser usado para o próximo projeto similar. Isto sempre ocorreu, porém, como observado anteriormente, em uma extensão infelizmente limitada.

Outro modo de encorajar a participação é o profissional se tornar um *planejador defensor*. Neste papel, a meta do planejador social é ativamente servir às necessidades educacionais e políticas do usuário da edificação. Isto significa supri-los com o conhecimento técnico, ensiná-los como poderiam criar os seus próprios projetos, e representar seus interesses junto ao restante da equipe de planejamento.

Possíveis direções e desafios ao desenvolvimento da Psicologia Ambiental

Os psicólogos ambientais têm o trabalho científico mais difícil do mundo. Os cientistas naturais, mesmo aqueles que estudam partículas minúsculas ou galáxias imensas, têm a vantagem de investigar fenômenos que são inerentemente menos complexos do que eles próprios. Eles podem, portanto, ao menos teoricamente e em algum tempo futuro, compreender completamente os fenômenos que estudam. Os psicólogos cientistas têm uma

tarifa mais difícil: compreender entidades (pessoas) de seu próprio nível de complexidade. Isto é tão difícil quanto seria para os sapos tentar entender como e porque os sapos operam.

Mas é ainda mais difícil para os psicólogos ambientais porque a maioria dos psicólogos ignoram ou subestimam a importante e dinâmica interação entre os seres humanos e os cenários físicos. Assim, os psicólogos ambientais são como sapos tentando compreender, não apenas os seus semelhantes, os sapos, mas a maneira pela qual os sapos se encaixam na ecologia do lago.

Vejo *seis terríveis desafios* para a Psicologia Ambiental.

1. *Traduzir a pesquisa em prática.* Traduzir a pesquisa em prática tem sido uma dificuldade reconhecida desde o início da área. Muitas aplicações bem sucedidas de pesquisas foram realizadas pelos psicólogos ambientais, mas muitas mais são necessárias. Há enormes problemas em ecologia e em construções mal planejadas. Cada novo projeto levanta os seus próprios e peculiares obstáculos a ser superados. Talvez a Psicologia Ambiental deva se tornar muito mais política a fim de ter um impacto maior.
2. *Descobrir métodos de pesquisa mais apropriados.* A Psicologia Ambiental chegou à idade de cerca de 35 anos de existência formal. Mas, em geral, os seus métodos de pesquisa ainda não foram desenvolvidos para poder fazer justiça à complexidade do contextualismo. Muitos métodos são ainda emprestados de outros campos. É, igualmente, muito mais fácil indagar quais as questões importantes que a Psicologia Ambiental deve responder do que conduzir uma pesquisa real que levará a uma resposta científica válida e digna de crédito àquela questão.
3. *Adquirir um corpo central mais coerente.* Quando os campos de pesquisa são meras coleções de tópicos que não estão claramente ou teoricamente articulados, podem ser absorvidos em outros campos e desaparecer. Perspectivas que mostram a totalidade e a distinção da Psicologia Ambiental estão aparecendo agora, mas

necessita-se mais. Os limites da Psicologia Ambiental estão ainda crescendo e mudando. Precisamos descobrir a coerência natural da Psicologia Ambiental, mesmo se ela evoluir, de modo a identificar o campo para as pessoas que controlam os orçamentos das universidades e nações.

4. *Integrar mais e desenvolver a teoria.* Algumas pessoas pensam que a teoria não é muito importante, meramente um exercício acadêmico que não ajuda nada ou ninguém. Isto não é verdade: quando olhamos para campos mais antigos e mais bem sucedidos, vemos que uma boa teoria é o que dirige a pesquisa, ganha a atenção do público para o campo e de aqueles que dão o apoio financeiro à pesquisa, e ajuda de modos extremamente importantes a compreender o significado da pesquisa e da ação no campo. Onde estaria a biologia sem a teoria da evolução? E a física, sem a teoria da relatividade?

Neste estágio precoce da Psicologia Ambiental, precisamos da diversidade teórica como uma maneira de estimular a pesquisa produtiva, mas, no final, o campo necessita de integração, e o desenvolvimento da teoria é necessário. Mais esforços como aqueles de pensadores que exploraram as relações entre a Psicologia Ambiental e a psicofísica, por exemplo, ou a teoria de cenários de comportamento e a abordagem operante, são necessários. Esta meta está relacionada ao terceiro desafio: a evolução de um corpo central comum depende, em parte, do desenvolvimento de teorias mais compreensivas.

5. *Promover a entopia.* “Topia” em grego, é “lugar”. Os psicólogos ambientais desejam ajudar a criar lugares melhores. “Utopia” é uma palavra cunhada por Sir Thomas More, em 1516, para o seu famoso livro. Não tem um significado preciso: “u” não é uma palavra grega. Uma maneira de interpretar “utopia” é como um lugar perfeito que não pode ser realizado; isto pode ser a razão porque a maior parte das pessoas hoje pensa em utopia como nada além de “castelos no ar”.

A utopia não é, claramente, o que os psicólogos ambientais deveriam estar almejando. Temos uma diferente “topia” em mente: a *entopia*, que significa, aproximadamente, “um bom lugar alcançável”. Isto exprime a importante idéia de que melhores cenários podem, com algum esforço, ser trazidos à existência. A pesquisa por lugares melhores, por entopia, não é uma pesquisa sem esperança, ou mesmo tola, por utopia. De fato, ela é vitalmente importante, se vamos criar um mundo melhor.

6. *Promover a Psicologia Ambiental.* Uma parte da grande perplexidade em ser um psicólogo ambiental é que o público geral parece, ao menos na minha experiência, compreender instantaneamente a importância e valor do campo. Nunca conto a um recém conhecido a minha identidade científica sem experimentar uma resposta verdadeiramente interessada. Há uma ampla e desafortunada lacuna entre a aceitação do público e o apoio acadêmico ou governamental da Psicologia Ambiental.

Portanto, o que necessita ser feito? Primeiro, precisamos fazer mais para demonstrar a nossos colegas e agências financiadoras a crucial importância do campo. Podemos começar por convencê-los falando-lhes mais sobre os melhores trabalhos em Psicologia Ambiental, e mostrar-lhes como isto avança o conhecimento e pode mover-nos em direção à entopia. Talvez por demais freqüentemente os psicólogos ambientais falam uns para os outros, mas não para outras pessoas importantes do nosso meio. É possível para a Psicologia Ambiental ter muito mais importância: por exemplo, alguns países, como os Países Baixos e a Suécia, apoiam a pesquisa e o ensino da Psicologia Ambiental muito mais do que outros. Isto foi conseguido com as pessoas conversando com pessoas, e mostrando aos decisores do país o grande valor da Psicologia Ambiental.

Gifford, R. (2005). The role of environmental psychology in environmental policy formation and in the construction of the future. *Psicologia USP*, 16(1/2), 237-247.

Abstract: This article proposes that the role of environmental psychology in environmental policy formation is: to increase public interest through environmental education; to use “applied behavioral analysis”; to conduct “Observer-Based Environmental Evaluations”. It argues that the influence of environmental psychology on the strategies for the construction of the future implies the elaboration of social projects, which involves studying how sceneries can serve human desires and needs better. Finally, it asks and answers in what ways environmental psychology should develop, and it presents the main challenges that it faces.

Index terms: Environmental psychology. Environmental policy. Social role. Environmental education.

Gifford, R. (2005). Le role de la psychologie de l’environnement dans la formation de la politique de l’environnement et dans la construction du futur. *Psicologia USP*, 16(1/2), 237-247.

Résumé: Pour le rôle de la psychologie de l’environnement dans la formation de la politique de l’environnement, cet article propose : d’augmenter l’intérêt public au moyen de l’éducation environnementale; de recourir à “l’analyse comportementale appliquée”; de conduire des “Évaluations Environnementales Basées sur l’Observateur”. L’auteur affirme que l’influence de la PE dans les stratégies pour la construction du futur entraîne des projets sociaux qui impliquent d’étudier comment le contexte peut mieux servir aux désirs et aux nécessités humaines. Il termine en demandant et répondant de quelles façons la psychologie de l’environnement devrait se développer, et présente les principaux défis auxquels il fait face.

Mots-clés: Psychologie de l’environnement. Politique de l’environnement. Rôle social. Éducation environnementale.

Recebido em 5.04.2004

Revisto e encaminhado em 23.02.2005

Aceito em: 7.03.2005